

## A importância da aprendizagem na vida do indivíduo

A importância da aprendizagem na vida do indivíduo pode variar de uma espécie para outra. Entre os animais inferiores as experiências apreendidas constituem apenas uma parte pequena das reações totais de seu organismo. A aprendizagem é lenta e intuitiva. Caso peguemos o exemplo dos protozoários, podemos observar que a ciência nos indica que o aprendizado para esses não exerce qualquer influência sobre suas vidas. Já nascem com seus organismos praticamente desenvolvidos. Não possuem infância e têm escassa capacidade de aprendizado.

Quanto mais evoluído o ser podemos notar que a capacidade de aprendizagem, o período de maturação (infância) e a importância para a sua vida que se constitui o aprendizado, aumentam. Na vida humana o aprendizado se inicia com o, ou até antes, do nascimento e se prolonga até a morte. Se pretendermos compreender o comportamento e as atitudes humanas, os ideais e as crenças, as habilidades e os conhecimentos que caracterizam qualquer ser humano, estaremos sem dúvida, tentando compreender seu processo de aprendizagem. É pois pela aprendizagem que o homem se afirma como ser racional, constitui sua personalidade e se prepara para cumprir o papel que lhe é reservado na sociedade a qual pertence. A contribuição que a escola tem dado à aprendizagem, não como único fator de geração de conhecimentos, mas como organizadora dos conteúdos e saberes, tem sido estudada e contestada por muitos estudiosos.

No Brasil, o discurso em favor de uma educação popular precedeu à proclamação da República. Por volta de 1822, o ilustre Rui Barbosa já denunciava a vergonhosa condição de precariedade do ensino no Brasil e apresentava suas propostas de acréscimo significativo do número de escolas e de melhoria qualitativa do ensino. Desde então, este discurso vem sendo repetido e servido de palanque para toda sorte de políticos na trajetória política brasileira.

Se o objetivo dos ideais democrático-liberais é a igualdade social, a democratização e a universalização do ensino se constituem em instrumentos primordiais para o alcance desse fim. No decorrer do tempo, ora este discurso pela democratização do ensino tende a se fundamentar em aspectos quantitativos (mais escolas e para todos), ora tende a se fundamentar em aspectos qualitativos do ensino (escolas de qualidade para todos). Na verdade, o discurso oficial pela democratização do ensino procura atender aos anseios da sociedade que deseja o livre acesso à educação e ao saber. Vale enfatizar que a escola pública não é uma concessão do Estado, uma doação generosa ao povo. É antes de tudo um direito do cidadão. Infelizmente pode-se constatar na leitura dos jornais, na fala dos professores, nas pesquisas que todos os dias são realizadas por pesquisadores da educação, que a escola oferecida para o povo não é para todos e essa escola vem se tornando mais contra o povo do que para o povo. Os últimos esforços de oferecer escola para todos resultaram em real e significativa oferta de vagas nas escolas públicas, contudo a não-aprendizagem, a evasão e o progressivo afunilamento das séries finais do processo que tem seu ponto terminal nas três séries do Ensino Médio, vem construindo a chamada pirâmide educacional brasileira que se confirma através da rejeição pela escola das camadas populares.

Se todos têm o mesmo direito de acesso à educação, o mesmo ponto de partida e de chegada, fica implícito nessa afirmação que todos tenham seu lugar na escola. O que pode se observar com relação ao ponto de chegada é que se o ponto de partida é comum a todos, quanto ao ponto de chegada, pouco podemos determinar.

Depende de cada um, de fatores que, no decorrer da trajetória, se anunciam e influenciam-no. Há os que defendem que o sucesso e o fracasso escolar devem ser explicados na análise das características individuais. Se existe a igualdade de oportunidades? com a escola para todos, o aproveitamento dessas oportunidades dependeria da aptidão, da desenvoltura, da dedicação, da inteligência, do talento de cada um.

Durante muito tempo (e podemos observar até nos dias de hoje tal tendência), sob a ótica de um discurso que pretendia se intitular científico, responsabilizava-se o sucesso ou o fracasso escolar com a existência de desigualdades naturais legitimadas pela Psicologia (psicologia diferencial e psicometria). Através da mensuração de resultados, teste e escalas, explicava-se o sucesso e o insucesso escolar. O quociente de inteligência (QI) já foi intensamente utilizado para legitimar, responsabilizar diferenças de rendimento sendo fator determinante até para obtenção de empregos. Dessa maneira, focando na incapacidade do aluno em não conseguir a média pretendida e considerada ideal para todo estudante contida nos parâmetros do teste de QI, a escola se tornaria isenta de responsabilidade na obtenção ou não do conhecimento por parte do aluno. Contudo, os dados estatísticos, muitas vezes, contradiziam tais modelos. Como explicar então o sucesso escolar de muitos alunos que pertenciam às camadas economicamente desfavorecidas? Alguns pesquisadores defendiam a tese de que as diferenças de aptidões estariam diretamente relacionadas à hierarquia social, e que, mais ainda, que esta hierarquia seria fator determinante na aquisição destas aptidões. Legavam assim a fatores sócio-econômicos características pessoais que originariam a inteligência dos indivíduos.

Segundo este enfoque as desigualdades sociais é que seriam responsáveis pelas diferenças de rendimento dos alunos na escola. As condições de vida cotidiana de crianças que pertencessem às camadas privilegiadas, as formas de socialização, os hábitos e atitudes possibilitariam oportunidades de obterem sucesso escolar. Este tipo de entendimento defende uma superioridade cultural das classes dominantes e reserva uma pobreza cultural para as classes dominadas. Essas crianças seriam relegadas, à priori, ao fracasso cognitivo, afetivo e teriam conseqüentemente incapacidade para aprender justificando seu fracasso escolar. Mais uma vez a responsabilidade pelo fracasso escolar estaria na criança que seria portadora de uma espécie de doença social que teria contraído ao nascer em um lar pobre.

O que devemos reconhecer é que existe uma diversidade cultural, que estas diferenças devem ser respeitadas e acolhidas, aceitas pela escola. As sociedades modernas têm que aprender a conviver com os diversos grupos sociais que freqüentam a escola valorizando suas culturas, respeitando suas características próprias, seus padrões e suas riquezas. Não devemos considerar a cultura dos socialmente privilegiados como "superior", única, legítima. A escola agindo de maneira preconceituosa com este aluno trabalhador, oriundo das camadas desfavorecidas está transformando a diferença em deficiência, em privação, em carência cultural. Trata-se, em verdade, em atitude etnocêntrica, que torna o diferente, o desigual, em um marginal cultural, relegando-o ao inevitável fracasso.